

CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Projeto America in the World: the US foreign policy and the Brazilian view on the bilateral agenda

Relatório Final

Abril de 2023

Relatório Finalⁱ

Introdução

As relações entre Brasil e Estados Unidos, embora com peso histórico, pacíficas, diversificadas e sólidas, ainda podem ser consideradas aquém de seu potencial. De acordo com o Embaixador Sergio Amaral, historicamente o relacionamento bilateral pode ser descrito como pendular - ora mais próximo, ora mais distante - mas é tempo de vislumbrar um relacionamento mais maduro e com maior continuidade. Ainda, embora as relações sejam consideradas, historicamente, muito boas, como colocou Henrique Rzezinski, isso não deveria ser suficiente, um novo patamar deveria ser buscado para a relação.

Partindo deste contexto, o CEBRI, em parceria com o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, realizou o projeto “America in the World: the US foreign policy and the brazilian view on the bilateral agenda” com o objetivo de oferecer visões e percepções acadêmicas e estratégicas, bem como disseminar informações, sobre as convergências existentes nas políticas externas do Brasil e dos Estados Unidos e as oportunidades de desenvolvimento da cooperação bilateral em áreas de particular relevância para ambos os países.

Questões de cooperação internacional, multilateralismo, acordos de livre comércio, mudanças climáticas sempre figuraram com algum destaque nas políticas externas dos EUA e do Brasil, moldando suas posições na arena internacional. Portanto, é imperativo que essas e outras questões sejam pontos norteadores da relação entre Brasil e Estados Unidos e de seu aprofundamento. Assim ficaram configurados os quatro eixos temáticos do projeto: Multilateralismo e Organizações Internacionais, Emergência Climática e Justiça Ambiental, Comércio Internacional e Relações Brasil-EUA-China.

As atividades do projeto aconteceram de abril de 2022 a abril de 2023 e, portanto, estiveram contextualizadas por um ambiente geopolítico internacional desafiador e em transformação. Os especialistas nos diversos eventos chamaram a atenção para as questões do enfraquecimento das instituições multilaterais, a perda de confiança nas instituições e a depredação da Democracia ao redor do mundo, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil, o crescimento da China, a intensificação da competição entre Estados Unidos e China e as pressões fragmentadoras que esta competição impõe ao cenário internacional, a centralidade das questões de mudanças do clima e preservação do meio ambiente, os desafios colocados pela guerra na Ucrânia, entre outros. As discussões

ganham especial relevo considerando o contexto das mudanças na política externa dos Estados Unidos, por um lado, a partir da administração de Joe Biden, e, por outro, das perspectivas que um novo governo Lula oferece para a política externa brasileira.

A seguir serão apresentados os principais pontos abordados nas atividades de cada eixo temático de forma a oferecer um panorama das ideias e proposições discutidas para o futuro da relação bilateral.

Multilateralismo e Organizações Internacionais

Atividades

- 13.7.2022 | Webinar [“Multilateralismo e Organizações Internacionais: reflexões para um trabalho conjunto Brasil-Estados Unidos”](#)

Especialistas

- Embaixador Antonio Patriota, Embaixador do Brasil no Egito, Ministro das Relações Exteriores (2011-2013) e Representante Permanente do Brasil na ONU (2013-2016)
- Francis Gavin, Diretor do Centro Henry A. Kissinger para Assuntos Globais da Johns Hopkins (SAIS).

[Leia aqui o Relatório #1 Multilateralismo e Organizações Internacionais completo.](#)

Segundo os especialistas, o sistema internacional vem atravessando um processo de transformações e de aumento das pressões competitivas entre os Estados. Nesse contexto de transição geopolítica, constantes alterações nas relações bilaterais, decorrentes desses pontos de tensão, causam impactos diretos no sistema multilateral e nas estruturas de governança global. A exemplo dessa dinâmica, a ascensão de contestadores da hegemonia dos Estados Unidos vem modificando a postura da diplomacia norte-americana e das relações multilaterais como um todo, que já não obedecem mais a lógica de um mundo unipolar.

Gavin e Patriota destacaram que, nesse cenário de transição, os Estados Unidos vêm enfrentando a necessidade de adaptar sua política externa diante das pressões competitivas e das modificações estruturais. A mudança de governo com a vitória do presidente Joe Biden, iniciou um processo de reaproximação com o multilateralismo, resgatando a cooperação com alianças e organizações internacionais, que haviam sido enfraquecidas pelo governo Trump.

Nesse sentido, foi apontado pelos palestrantes que o legado que a administração Biden tem construído é misto: se por um lado há a demonstração de interesse em maior concertação com parceiros e aliados, e apoio a iniciativas multilaterais, como o G7 e a OTAN, por outro, a visão "à la carte" que os Estados Unidos historicamente apresentou com relação ao multilateralismo segue sendo praticada com, por exemplo, pouca atenção dada à iniciativas como a ONU, a OMC, entre outras.

Outros pontos foram destacados como objeto de poucas mudanças em relação ao governo antecessor, como a postura intensamente competitiva com relação à China, nas várias frentes dessa relação bilateral, fazendo com que o diálogo entre os dois países esteja bastante tensionado, o que é preocupante para o sistema internacional. Além disso, a cooperação com a América Latina é um componente da política externa norte-americana que teve seu protagonismo diminuído na administração Biden.

Para os EUA, além de mudanças na política externa, se faz necessário um ajuste simbólico e psicológico, já que o estabelecimento de uma ordem multipolar não é uma concepção automaticamente bem recebida para Washington, considerando o histórico dos sistemas bipolar e unipolar. Por seu lado, diante das reconfigurações de poder no cenário internacional, a diplomacia brasileira vem expressando sua preferência pelo estabelecimento de uma ordem internacional baseada no multilateralismo e nos princípios de uma maior distribuição de poder. Assim, a maturidade em lidar com as discordâncias acerca de pontos estratégicos deve ser um elemento essencial da relação bilateral entre Brasil e EUA.

Apesar dos desafios, a relação bilateral Brasil-EUA reserva oportunidades com muito potencial para ambos os países, com destaque para os âmbitos de comércio, meio ambiente e segurança. Nesse sentido, iniciativas da AMCHAM como o CEO Fórum foram destacadas como parte dos importantes esforços no âmbito da cooperação econômica que devem ser estimuladas visando o aprofundamento e o fortalecimento, não apenas da cooperação econômica, como também das áreas de Ciência e tecnologia. Com relação ao meio ambiente, o prognóstico é de que não será possível avançar com a agenda climática sem reconhecer a importância do multilateralismo e das organizações internacionais nesse processo. Em termos de segurança, os especialistas reconheceram que alguns pontos dessa relação, como a cooperação militar, podem não ser objeto de esforços muito intensos entre os países e que há perspectivas e posturas históricas diferentes entre os países. Isso faz com que o diálogo constante e a transparência sejam essenciais para fortalecer a relação bilateral entre Brasil e EUA.

Por fim, os especialistas concordam acerca da necessidade e importância de promover e aprofundar a cooperação, principalmente, nos campos da sustentabilidade ambiental, economia e investimentos privados, educação e cultura. Além disso, foi dito que há um intenso fascínio da população brasileira com o estilo de vida norte-americano, evidenciando uma identificação cultural valiosa para o aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

Emergência Climática e Justiça Ambiental

Atividades

- 15.8.2022 | Webinar: [“Brasil, Estados Unidos e a Cooperação para enfrentar a emergência climática global”](#)
- 24.10.2022 | [“Emergência Climática e Justiça Ambiental: a cooperação Brasil-Estados Unidos em diálogo”](#)

Especialistas:

- Alice Hill, Senior Fellow para Energia e Clima do Council on Foreign Relations (CFR);
- Ana Toni, Conselheira do CEBRI e Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS);
- Francisco Gaetani, Senior Fellow do CEBRI e Professor da EBAPE/FGV.
- Izabella Teixeira, Conselheira Emérita do CEBRI, Co-Chair do Painel Internacional de Recursos Naturais da ONU Meio Ambiente e Ex-Ministra do Meio Ambiente;
- José Aldo Rebelo, Conselheiro do CEBRI e Ex-Ministro da Defesa;

[Leia aqui a versão completa do Relatório #2 Emergência Climática e Justiça Ambiental](#)

A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no âmbito do combate às mudanças climáticas é historicamente bastante relevante. Conforme ressaltado pela Ministra Izabella Teixeira, os resultados provenientes dessa tradicional relação e de sua expressiva cooperação geraram insumos positivos para todo o sistema internacional, tendo estabelecido as bases para ferramentas de cooperação multilaterais no âmbito do clima. Também foram destacados, por Izabella Teixeira e Alice Hill, alguns instrumentos de cooperação como evidências positivas da parceria entre Brasil e Estados Unidos, principalmente, por meio do intercâmbio informacional e tecnológico entre suas agências e órgãos ambientais.

Os especialistas destacaram que a crise climática segue sendo uma questão estratégica para o desenvolvimento global, independente de questões conjunturais como, por exemplo, a Guerra na Ucrânia. Ademais, é uma questão que não possui solução unilateral, reforçando a necessidade de

enfrentá-la por meio das parcerias multilaterais e bilaterais. Por isso, Brasil e Estados Unidos, devem expressar seu protagonismo e assumir o compromisso de promover a agenda climática e impulsionar a centralidade política da pauta ambiental, não apenas internamente, mas como no âmbito da cooperação internacional.

Em agosto de 2022 o congresso norte-americano aprovou um plano para endereçar questões climáticas, de saúde e impostos (Inflation Reduction Act) que prevê cerca de 375 bilhões de dólares para o combate às mudanças climáticas, particularmente à redução de emissões de gases de efeito estufa. O pacote de medidas foi descrito pelos especialistas como sendo sem precedentes nos Estados Unidos. Alice Hill destacou que foi a mais significativa legislação aprovada no congresso norte-americano com relação às mudanças climáticas, e Ana Toni acrescentou que é uma mensagem clara para o mundo sobre o alto nível de comprometimento do governo norte-americano com políticas que promovam a descarbonização da economia. Segundo Francisco Gaetani, o momento atual é uma oportunidade histórica para renovação das relações Brasil-Estados Unidos nas questões climáticas, para benefício de ambos os países.

Ana Toni e Alice Hill ressaltaram também que a legislação prevê uma atuação baseada em incentivos - ao invés de proibições ou punições - denotando o objetivo de estimular, de maneira continuada, um aumento de investimentos do setor privado no desenvolvimento de tecnologias para energias limpas e também mudanças nos padrões de consumo.

Os especialistas ressaltaram que a crise climática se soma à crise ambiental, que é uma crise, essencialmente, relacionada à perda de biodiversidade e à poluição. Neste sentido, com relação à Amazônia, o Brasil é colocado em uma posição oposta à maior parte dos países desenvolvidos do mundo pela questão do ressarcimento pelo benefício de uso de patrimônio genético. Assim, enquanto a administração desses recursos configura uma importante vantagem para o Brasil e demais países que contém o bioma dentro de seus territórios, a sua relevância global implica em responsabilidade na gestão dessas riquezas naturais.

Ainda neste contexto, Francisco Gaetani e Izabella Teixeira ressaltaram que, atualmente, as maiores ameaças à floresta são nacionais, não internacionais. Por exemplo, o crime organizado acumula redes de atividades ilegais na região, desde a mineração ilegal, ao trabalho escravo, além do desmatamento. É do interesse brasileiro enfrentar essas ameaças de maneira integrada a nível regional e por meio das parcerias internacionais. Considerando que os Estados Unidos também possuem interesse nas questões de segurança na região, elas devem figurar nas estratégias de

longo prazo da relação bilateral. Ademais, o presidente Biden colocou a conservação da floresta amazônica, além de outros esforços para cortar a poluição de carbono, no centro de sua política para o Brasil e o país segue acompanhando com interesse iniciativas pan-amazônicas

Ana Toni também destacou o potencial de desenvolvimento de produtos relacionados à floresta como bens de exportação para, entre outros países, os Estados Unidos. O desenvolvimento desses produtos poderia ser uma estratégia dupla, que por um lado apoia economicamente a população da região e, por outro, apoia a prevenção do desmatamento. Um elemento importante neste processo será o Fundo Amazônia. Para além da retomada do fundo com seus parceiros originais, o presidente Biden anunciou a proposta de aportar 500 milhões de dólares ao fundo, algo que ainda precisa ser aprovado pelo congresso do país.

Por fim, com relação à Justiça Climática, os especialistas destacaram a centralidade que essas questões devem ocupar dentro das discussões e ações sobre a emergência climática. Considerando que as mudanças climáticas são aceleradoras de vulnerabilidades já existentes, o tema da transição justa e a intersecção de questões climáticas com temas de direitos humanos, a questão das populações indígenas, raça e gênero devem estar no topo da agenda das discussões de mitigação, adaptação, técnicas e de infraestrutura, tanto nas relações bilaterais entre Brasil e EUA, quanto nos fóruns internacionais.

Comércio Exterior

Atividades

- 23.1.23 | Webinar [“Comércio Brasil-EUA: Desafios e Oportunidades”](#)
- 6.4.23 | Reunião Restrita [“Brasil-Estados Unidos e o Comércio Internacional”](#)

Especialistas

- Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil
- Gabrielle Trebat, Diretora Executiva do McLarty Associates
- Marisa Lago, Subsecretária de Comércio Internacional do Departamento de Comércio dos Estados Unidos
- Rufus Yerxa, Senior Advisor, McLarty Associates
- Sarquis José Buainain Sarquis, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

[Leia aqui a versão completa do Relatório #3 - Comércio Internacional](#)

Os especialistas destacaram a relevância e profundidade do relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos. A relação comercial e econômica atual foi descrita como muito sólida pelos especialistas, que ressaltaram também os laços dinâmicos, comerciais e econômicos, o comércio bilateral em alta e em constante crescimento. Ao mesmo tempo, foi apontado que o potencial das relações bilaterais ainda não foi atingido e que ambos os países têm espaço para atuar na direção do aprofundamento do relacionamento bilateral e cooperação no ambiente multilateral.

Internamente, o Brasil enfrenta obstáculos significativos em questões econômicas, sociais e ambientais. No âmbito da política econômica, há um debate acirrado sobre os gastos do governo, marcada pela dicotomia entre os caminhos da política fiscal e a ampliação dos gastos sociais. As discussões durante a reunião restrita levantaram também o peso da dívida pública, ressaltando que é uma questão que afeta o Brasil e diversos outros países.

Os especialistas destacaram que os Estados Unidos têm seu próprio conjunto de desafios, com o peso adicional de que as escolhas a serem feitas pelo governo americano têm ampla repercussão em todo o mundo. As discussões da reunião restrita destacaram as questões políticas envolvendo o recrudescimento do populismo e atos que balançaram a confiança na democracia, e a questão da crescente dívida pública americana.

Conforme apresentado por Abrão Neto, CEO da AmCham Brasil, embora seja um dado de realidade que a China é o principal parceiro comercial do Brasil, os Estados Unidos são o principal parceiro econômico do país, levando em consideração não apenas o comércio de bens, mas também o comércio de serviços e o fluxo de investimentos. Notadamente, em 2022, foi registrado o melhor ano da história do comércio bilateral Brasil-EUA, que atingiu cerca de US\$ 90 bilhões. Os Estados Unidos seguem sendo o maior destino para a manufatura brasileira - o que é particularmente relevante considerando o declínio da parcela das manufaturas nas exportações do país - e, ademais, a maior parte do comércio bilateral ocorre em produtos industriais e mais intensivos em tecnologia, o que raramente ocorre, no mesmo nível, com outros parceiros. Os especialistas salientaram ainda o dinamismo e a intensidade do comércio intra-indústria entre Brasil e Estados Unidos, que é o mais intenso entre países do G20, com destaque para o setor siderúrgico.

Levando em consideração a robustez das relações bilaterais atuais, os especialistas apontaram diversas áreas, setores econômicos e iniciativas que têm o potencial de apoiar na ampliação do relacionamento e da cooperação Brasil-Estados Unidos no âmbito comercial. As discussões destacaram que ambos os presidentes têm concentrado esforços políticos nos âmbitos das

mudanças climáticas e preservação do meio ambiente e transição energética, que tem potencial de gerar benefícios econômicos, desde que políticas nacionalistas sejam superadas. Com efeito, os especialistas acrescentaram que Brasil e Estados Unidos estão aumentando sua confiança mútua em áreas como energia e segurança alimentar. Além disso, os especialistas enxergam oportunidades de ampliação do comércio e cooperação no desenvolvimento e implementação de tecnologias no setor energético, desenvolvimento de biocombustíveis e também no suprimento de insumos para a indústria de veículos elétricos.

Com relação às iniciativas e redes bilaterais, Marisa Lago destacou os já estabelecidos “US-Brazil CEO Forum” e o “US-Brazil Commercial Dialogue”, que contam com o envolvimento de representantes de alto escalão de ministérios, secretarias e agências governamentais de ambos os países, e o recém-lançado Diálogo da Indústria de Energia Limpa EUA-Brasil, (CEID, na sigla em inglês), uma nova forma de engajamento e parceria público-privada para promover iniciativas em matéria de energia limpa.

Com relação às políticas fiscais e os impactos nos investimentos, Gabrielle Trebat sublinhou o desafio do Brasil de conciliar a delicada situação fiscal do Brasil e a necessidade urgente de gastos sociais. Além disso, a pressão de fatores como a inflação e o aumento dos preços de alimentos e combustíveis, impõe dificuldades adicionais, que afetam não apenas o Brasil, mas como outras grandes economias, incluindo os Estados Unidos. Neste sentido, Trebat sublinhou que o setor privado tem expectativas de que a reforma tributária seja alcançada ainda em 2023 e que há otimismo quanto a essa agenda.

Um ponto de atenção trazido pelos especialistas é a dívida pública, no Brasil e nos Estados Unidos, particularmente devido às capacidades que um arcabouço fiscal forte confere para a endereçamento das questões globais nas arenas internacionais.

Com relação aos órgãos multilaterais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi descrita pelos especialistas como um fórum malsucedido no momento atual. Não há perspectiva que Estados Unidos e Europa discutam com a China, na OMC, os assuntos que estão no cerne da rivalidade geopolítica entre eles, como propriedade estatal, subsídios, inteligência artificial e controles de exportação, entre outros. Foi ressaltada também a questão da necessidade de reformas na Organização, em diversas de suas funções, como negociação, resolução de disputas, monitoramento e prestação de contas. Também por isso, como mencionado, a OCDE tem se tornado um espaço mais utilizado para negociações econômicas.

Abrão Neto apontou que espera que a agenda ambiental seja uma espinha dorsal para a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos, incluindo a sua dimensão política e econômica. Nesse sentido, destacam-se possibilidades de investimento em bioeconomia, infraestrutura verde, energias renováveis, gestão de resíduos e agricultura, por exemplo. Essa cooperação também pode assumir muitas formas, como o intercâmbio de experiências regulatórias e cooperações técnicas, P&D e inovação, além de investimentos em projetos relacionados a sustentabilidade e transição energética. Para além do nível bilateral, nos foros multilaterais Brasil e Estados Unidos devem impulsionar as discussões em direção a adoção de compromissos climáticos cada vez mais ambiciosos.

Ainda que ambos os países enfrentem desafios internos e externos, destaca-se o histórico de solidez de sua parceria, não apenas economicamente e comercialmente, mas como também em termos de valores compartilhados. Assim, o contexto de recuperação pós-pandemia, o ambiente multilateral, a guerra na Ucrânia e o Acordo Mercosul-UE impõem desafios, mas também oportunidades, à relação Brasil-EUA.

Relações Brasil-EUA-China

Atividades

- 6.12.22 | webinar [“Relações Brasil-EUA-China em uma nova era”](#)
- 13.4.23 | webinar [“Brasil-EUA-China: perspectivas para o relacionamento triangular”](#)

Especialistas

- Danielly Ramos, Professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
- Evan Medeiros, Professor da Universidade Georgetown
- Embaixador Marcos Caramuru, Conselheiro Internacional do CEBRI e Embaixador do Brasil na China (2016-2018)
- Robert Ross, Professor da Boston College e Associado do Centro de Estudos Chinese John King Fairbank da Universidade Harvard.

[Leia aqui a versão completa do Relatório #4 - Brasil, Estados Unidos e China](#)

Em relação ao contexto das relações entre Brasil, Estados Unidos e China os especialistas convidados para ambos os eventos destacaram as diferentes naturezas das relações bilaterais envolvidas e também as mudanças recentes no contexto internacional. Segundo Evan Medeiros, é

possível observar duas tendências principais nos assuntos globais: a fragmentação econômica global - evidenciada pelo crescimento de sanções e de protecionismo ao redor do globo - e a polarização da segurança global. Ambas as tendências originadas de eventos como a guerra na Ucrânia, a competição estratégica entre EUA e China e a pandemia de COVID-19.

Com relação a Estados Unidos e China, o embaixador Sergio Amaral apontou o estabelecimento de um novo *modus vivendi* entre as duas superpotências, caracterizado pela alternância entre conflito e a cooperação entre elas. Para Evan Medeiros a relação atual entre as potências é marcada por três aspectos principais: a atrofia dos canais de comunicação, a politização crescente da relação e a intensificação da competição estratégica. Além disso, se por um lado, conforme destacou Marcos Caramuru, a reunião entre Joe Biden e Xi Jinping na cúpula do G7 foi um ponto positivo para a relação, por outro, segundo Robert Ross, a administração Biden mantém a tendência da administração Trump de se opor e atuar para conter a expansão do papel da China na ordem internacional, a partir da ameaça que enxerga no crescimento da marinha chinesa, principalmente nos âmbitos comercial e tecnológico. Neste sentido, para Ross, um ponto determinante para a relação de crescente tensão entre Estados Unidos e China são as suas posições opostas como potência em declínio e potência revisionista, respectivamente.

Dentro deste contexto, os especialistas convergiram sobre a importância de o Brasil se posicionar de maneira ponderada. Evan Medeiros destacou a importância de uma navegação cuidadosa das dinâmicas internacionais e entre Estados Unidos e China, particularmente, ressaltando o papel de alianças e acordos estratégicos que não comprometam o país com um ou outro lado. O Embaixador Amaral e a Professora Ramos ambos ressaltaram a importância de o Brasil diversificar suas relações se quer ter relações equilibradas e saudáveis com os Estados Unidos e a China. Ramos destacou que a busca por diversificação é uma tradição da política externa brasileira e Amaral sublinhou a importância para o Brasil da reaproximação com a Europa e o seu entorno regional. Segundo Ramos, esse equilíbrio é fundamental para garantir a soberania nacional e o crescimento econômico sustentável.

Evan Medeiros ressaltou, entretanto, que a competição EUA-China traz riscos, oportunidades e dilemas para o Brasil e outras potências médias. Em termos de riscos, Medeiros destacou a possibilidade de entrada em um ambiente equivalente a uma Guerra Fria e uma crescente pressão para desindustrialização, vinda do comércio com a China. Como oportunidade, o especialista destacou a possibilidade do país se posicionar de forma a encorajar ambos Estados Unidos e China a não se relacionarem sob uma dinâmica de jogo de soma zero e buscarem interfaces para

cooperação com vistas a encontrar soluções para problemas globais. Como dilemas, Medeiros destacou dois: a questão do equilíbrio entre interesses e valores, e a questão da transição de uma relação comercial de interdependência para uma de dependência assimétrica.

Com uma visão diferente, Robert Ross analisa a relação comercial entre Brasil e China como mútua e não pautada por dependência de um dos lados. Ainda neste sentido, Caramuru ressaltou que o diálogo político entre China e Brasil ainda é limitado, mas a capacidade da política externa brasileira de se posicionar de forma independente em questões políticas abre espaço para o diálogo e gera uma relação de respeito mútuo.

Para Danielly Ramos, a competição entre a China e os EUA se estende ao domínio tecnológico, e o Brasil deve aproveitar essa situação para fortalecer sua capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico. Estabelecer parcerias com empresas e instituições de pesquisa, tanto da China quanto dos Estados Unidos, pode impulsionar o progresso tecnológico e a competitividade do Brasil no cenário global. Para Robert Ross a legislação chamada “Chips Act” promulgada pelos Estados Unidos limita a capacidade de cooperação dos Estados Unidos no âmbito da indústria da tecnologia, mesmo com seus parceiros e aliados em outros âmbitos, como Japão, Europa e Coreia do Sul.

Já no âmbito regional, vale ressaltar que os Estados Unidos e China possuem instrumentos distintos para realizar a expansão de suas influências na América Latina. Os Estados Unidos atuam a partir de maior capital político e cultural. Já a China atua a partir de influência mais intensa no âmbito econômico. Marcos Caramuru ressaltou que enquanto os negócios e questões governamentais são altamente conectadas na China, nos Estados Unidos isso não ocorre. Isso contribui para que a moldura das duas relações entre cada país e a América Latina seja bastante diferente. O Embaixador Amaral ressaltou que a China é bastante cautelosa em ser percebida como ameaça na sua aproximação com a América Latina e o Embaixador Caramuru reforçou esta ideia ao colocar que a China não tem interesse em ampliar a sua presença e influência na região de maneira que instigue os Estados Unidos a buscar ampliação de sua já importante influência na região do sul e leste asiático.

Por fim, segundo a Professora Danielly Ramos, o Brasil deve continuar a promover a diplomacia e o diálogo como instrumentos fundamentais para abordar os desafios globais e regionais. A capacidade do Brasil de atuar como mediador e facilitador em questões internacionais pode ser uma vantagem significativa no ambiente de crescente competição entre as superpotências. Através do diálogo e da

construção de consenso, o Brasil pode contribuir para a manutenção da paz e estabilidade no cenário internacional.

Considerações Finais

Diante das reconfigurações de poder no cenário internacional, a diplomacia brasileira vem expressando suas preferências pelo estabelecimento de uma ordem internacional construída sobre o multilateralismo e fundamentada nos princípios de uma maior distribuição de poder. Assim, a maturidade em lidar com as discordâncias acerca de pontos estratégicos deve ser um elemento essencial da relação bilateral entre Brasil e EUA.

Os países possuem, por meio da cooperação bilateral e da promoção da agenda climática nos fóruns multilaterais, o relevante potencial de desenvolver soluções para o cenário de emergência climática e levar adiante os esforços de conservação ambiental e da promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável em escala global. Isso demandará relações pautadas na maturidade e no pragmatismo para endereçar uma crise que não se resolverá através de ações isoladas.

Em termos de comércio, há uma valiosa janela de oportunidade à luz dos interesses estratégicos comuns. As reconfigurações do cenário internacional abrem espaço para o florescimento de novas frentes de cooperação, atualização de antigos mecanismos e construção de agendas conjuntas que possam favorecer o comércio entre os dois países e o desenvolvimento mútuo. Temas importantes para o relacionamento serão o combate às mudanças climáticas, a transição energética, as políticas de regulação digital e a sustentabilidade de cadeias de suprimento.

Por fim, com relação a Estados Unidos e China, o Brasil deve manter a sua tradição diplomática e buscar um posicionamento equilibrado e estratégico, baseado nos seus interesses e de acordo com os seus valores, de forma a manter um crescimento econômico sustentável e ter a possibilidade real de contribuir para a construção de consensos na esfera multilateral.

ⁱ Este documento foi produzido como parte de projeto em parceria entre o CEBRI e o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, financiado através de “grant” federal do Departamento de Estado dos Estados Unidos.